

ANTÔNIO CORRÊA DE LACERDA

Estabilização e desenvolvimento

O Plano Real foi criado com o objetivo principal de eliminar, ou pelo menos reduzir, a inflação inercial. Com relativo sucesso, vem cumprindo seu objetivo. No entanto, estabilizar de forma duradoura a economia brasileira, carece uma série de reformas estruturais para dar sustentação ao processo. Mais do que isso, é preciso compatibilizar os ajustes de curto prazo com uma visão estratégica de desenvolvimento de longo prazo.



O pior cenário para quem investe é a indefinição das regras do jogo

A economia brasileira cresceu cerca de 4% em 1994 e deve repetir esse desempenho neste ano. É ilusório imaginar ser possível manter esse ritmo de crescimento nos próximos anos, sem resolver as questões fundamentais para a estabilização, como as reformas estruturais envolvendo as áreas fiscal-tributária, previdência e sistema financeiro. A estrutura tributária atual pode agradar aos burocratas do governo (dentro da máxima que "imposto bom é imposto velho"), mas não ajuda o setor produtivo. Concentrada na produção, trabalho e investimentos, ela é injusta, complexa e ineficiente (pelo nível de evasão).

Uma reforma tributária não é só necessária, como um dos componentes para o equilíbrio das contas públicas, mas um elemento indispensável para

garantir a ampliação do mercado interno e a inserção competitiva da economia brasileira no cenário internacional.

No âmbito financeiro, é preciso criar as condições e vencer o paradoxo de termos cerca de R\$ 150 bilhões girando no mercado financeiro (o M4), mas quase tudo no curto prazo e sem vínculo com a produção. A ciranda financeira proporciona lucro certo e praticamente sem risco para o aplicador. Em contrapartida tornam quase que proi-

bitivos os investimentos na produção, dada a elevação do custo de oportunidade.

A taxa de investimentos (formação bruta de capital fixo), o melhor indicador do grau de confiança dos agentes na economia, atingiu o seu nível mais baixo, nos últimos anos (média de 15% do PIB ao ano). Embora esboce um ligeiro crescimento neste ano, esse porcentual está muito aquém do necessário para garantir a infra-estrutura e capacidade produtiva adequada para que a economia cresça de forma sustentada.

As decisões de investimento produtivo são dificultadas pela instabilidade do cenário. A inflação caiu, mas importantes variáveis como a taxa de câmbio e os juros, por exemplo, são volá-

teis para quem tem que tomar uma decisão de investir.

Uma taxa de câmbio sujeita aos movimentos financeiros de entrada e saída de capitais pode equilibrar o balanço de pagamentos e ser favorável para o combate à inflação no curto prazo, mas é péssima para a produção.

Desde 1º de julho passado o real valorizou-se cerca de 20% nominal em relação ao dólar. Em função disso, as importações ficaram mais baratas e os exportadores estão perdendo receita em reais para o mesmo dólar exportado (o que é agravado pela elevação do custo de produção). Adicionalmente, houve a antecipação da redução das alíquotas de importação, o que aumentou o efeito do barateamento dos produtos importados.

A abertura da economia é algo saudável e benéfico para a economia, desde que articulada com um objetivo estratégico de política industrial. Bem coordenada, ela aumenta a competitividade, forçando os produtores locais à busca da produtividade e fomenta a inovação tecnológica.

No entanto, usar a redução brusca de alíquotas com objetivos de curto prazo é uma medida prejudicial para o mercado, na medida em que representa uma ruptura numa das variáveis-chave de decisão. Quem investe na produção local precisa conhecer as regras de variáveis básicas para tomada de decisões, como os juros e o câmbio, além, evidentemente, da tarifa de importação de produtos similares.

O pior cenário para quem investe na

produção é a indefinição ou volatilidade das regras do jogo. É papel do governo, através da sua equipe econômica sinalizar, minimamente, a definição dessas variáveis básicas. Essa não é uma condição suficiente para a retomada dos investimentos, mas é, sem dúvida, uma condição necessária, imprescindível.

No tocante aos juros, a criação da Taxa de Juro de Longo Prazo (TJLP), vai corretamente nessa direção. Embora ainda faltem definições sobre os recursos e a plausibilidade do sistema, a decisão é boa. É preciso desatrelar o custo de oportunidade para investimentos produtivos de longo prazo — que requerem tempo de maturação e envolvem riscos consideráveis — das taxas de juro de curto prazo, mais suscetíveis às questões conjunturais.

O adiamento das reformas e definições importantes de política econômica representa a perda de oportunidades, muitas vezes raras. A continuidade destes problemas significa a exportação de empregos, a retração dos investimentos e, em última instância, o adiamento da distribuição da renda e da melhora do padrão de vida dos brasileiros. Sem uma estratégia de desenvolvimento clara e objetiva permaneceremos presas do curto prazo e dos casuísmos.

■ Antônio Corrêa de Lacerda, economista, professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) é presidente do Conselho Regional de Economia